

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Trata-se de solicitação para **inscrição dos servidores FERNANDO HENRIQUE FERREIRA CARNEIRO LEÃO, matrícula nº 02/4317 e SABRINA REINBOLD REZENDE, matrícula nº 02/4272**, lotados no Gabinete do Conselheiro Substituto Marcelo Verdini Maia, para participarem do **7º CONGRESSO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL – 7º CONACON**, promovido pela Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil – ANTC, a ser realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2024, na modalidade presencial, na cidade de Goiânia – GO, tal como disposto na SIE MVM0125/2024 de peça nº 6.

Tendo em vista o presente ter percorrido todas as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a CLC, em sua instrução datada de 19.06.24, considerou que:

✓ A contratação tem respaldo no caput do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, **“Inexigibilidade de Licitação”**, face à inviabilidade de competição;

✓ O custo individual de associado Aud-ANTC até o dia 30.06.24 é de R\$ 800,00 (oitocentos reais) e o valor individual para não associado até o dia 30.06.24 de R\$ 1.440,00 (um mil, quatrocentos e quarenta reais), conforme publicação na internet<sup>1</sup>. A servidora Sabrina é associada Aud-ANTC e o servidor Fernando é não associado, assim, o valor das duas inscrições totaliza **R\$ 2.240,00 (dois mil, duzentos e quarenta reais)**;

✓ A publicação do valor do serviço que integra o objeto desta contratação no portal da empresa na internet caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, estando, portanto, **justificado o preço ofertado** para esta contratação, em consonância com o disposto no inciso VII do art. 72, da Lei Federal nº 14.133/21 (peça nº 2);

<sup>1</sup> <https://conacon.com.br/inscricoes>

✓ A **instituição possui as condições de habilitação** exigidas para a formalização da contratação pretendida (peças nºs 3 e 4), devendo as certidões serem revalidadas em momento oportuno;

✓ Encaminhado a SIE CLC0137/2024 à SUBENG para adoção das medidas necessárias visando à emissão de passagens aéreas e diárias, tendo em vista que a atividade será realizada fora do Estado do Rio de Janeiro (peça nº 05)

Nos termos do artigo 72, inciso III, c/c art. 53, § 4º ambos da Lei Federal nº 14.133/21, a douta **Procuradoria-Geral do Tribunal – PGT** examinou o presente, em 20.06.2024, e opinou pela **aprovação da contratação direta**, conforme excerto abaixo:

“(…)

*Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea “f” e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.*

*Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.*

*Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.*

*Dessa forma, não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21.” (grifei)*

À vista do exposto, considerando o informado pela CLC na peça nº. 15, a aprovação jurídica da contratação direta consignada na manifestação da Procuradoria Geral deste Tribunal, **opina-se** pela autorização da contratação direta, com o consequente envio à CPG para emissão de empenho em favor da Instituição e posteriormente à CGA.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA GERAL DE ADMINISTRAÇÃO  
SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS, CONTABILIDADE E FINANÇAS

TCE/RJ

Processo nº 301.382-6/24

**Alexandre Tenorio Rocha**  
**Assessor**  
**Matrícula 02/3839**

**À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução  
Orçamentária – CPG,**

Ante o exposto, verificada a regularidade do procedimento em tela e considerando o parecer favorável da d. Procuradoria deste Tribunal **AUTORIZO**, ex vi do art. 72, inc. VIII, da Lei nº 14.133/21 e do ATO EXECUTIVO Nº 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f” e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/21, encaminho os autos a essa r. Coordenadoria, para a emissão de nota de empenho, à conta do exercício financeiro em curso, do seguinte fornecedor e respectivo valor:

Fornecedor	CNPJ	Preço Global R\$
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL	16.812.795/0001-72	2.240,00

Cabe registrar que a emissão da Nota de Empenho deve ser realizada **com a urgência que o caso requer, tendo em vista que o desconto é válido até o dia 30.06.24 e a confirmação das inscrições com desconto está condicionada a apresentação da referida Nota de Empenho a ANTC.**

Posteriormente, solicitamos o envio à **CGA**, **recomendendo que sejam atualizadas as certidões de regularidade por ocasião da contratação**, e demais providências de praxe, em especial quanto à publicidade das Notas de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis da emissão das referidas notas de empenho, em observância ao disposto no § Único do art. 72, inciso II do art. 94, e inciso I do art. 174, todos da Lei Federal n. 14.133/2021.

**Luiz Carlos de Jesus Silva**  
**SUBSECRETÁRIO-ADJUNTO**  
**Matrícula 02/4265**